

Um Estudo Empírico sobre o Nível de Percepção dos Profissionais de Contabilidade acerca do Balanço Social

Autores:

JOSUÉ PIRES BRAGA

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA)

CLÁUDIA FERREIRA DA CRUZ

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA)

JOSÉ RENATO SENA OLIVEIRA

(UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA)

ARTUR ROBERTO DO NASCIMENTO

(UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

RESUMO

Com a crescente demanda da sociedade por informações econômico-financeiras de natureza social e ambiental e com o aumento do número de empresas que publicam o Balanço Social, a importância do papel do profissional de contabilidade é ainda mais ressaltada, ao considerar que essa área do conhecimento tem como objetivo oferecer informações de natureza financeira, econômica e, também, de natureza social aos seus mais diversos usuários. Sendo assim, o objetivo principal do presente trabalho é investigar o nível de percepção dos profissionais de contabilidade acerca do Balanço Social e verificar se existe dependência entre o nível de percepção e o nível de instrução desses profissionais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo no município de Feira de Santana-Bahia com aplicação de questionários contendo proposições sobre o tema Balanço Social com respostas escalonadas no formato Likert. Concluiu-se, com base na metodologia de classificação adotada, que 89,90% dos profissionais pesquisados estão nos níveis baixo ou médio e apenas 10,10% estão no nível alto. A hipótese nula (H_0), que afirmava não haver dependência entre as variáveis nível de percepção (y) e nível de instrução (x), foi rejeitada com 95% de confiança baseada no resultado do Teste Qui-Quadrado. O grau de dependência entre as variáveis é de 23,16%, com base no resultado do Coeficiente V de Cramer, o qual pode ser considerado baixo.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

O mundo empresarial está passando por intensas revoluções. A idéia de que o objetivo principal da empresa é apenas o lucro já se tornou obsoleta e injustificável. Atualmente, as empresas têm metas que vão além da lucratividade, isso porque essas são o resultado do confronto de uma série de interesses dos mais diversos agentes sociais que compõem a sociedade. Sobre isso, De Luca (1998, p. 21) afirma que “felizmente, as empresas já estão se convencendo da necessidade de registrar e analisar seu desempenho social da mesma maneira que registram seu desempenho econômico-financeiro”.

Para atingir os seus objetivos, as empresas dependem de vários fatores que estão à sua volta, como: matérias-primas, capitais financeiro e tecnológico, recursos humanos, etc.

Também, essas interagem com vários agentes sociais, como: comunidade, fornecedores, empregados, clientes, sócios e/ou acionistas, Estado, entidades não governamentais, etc. Em resumo, a empresa faz e acontece em função da sociedade.

Por causa dessa interação que as empresas têm com os diversos agentes sociais com quem se relacionam e devido à sua dependência em relação aos fatores de produção, a sociedade passou a exigir das empresas maior responsabilidade social e ética nos seus negócios. Essa quer uma prestação de contas de como as empresas formam e distribuem a sua riqueza com os seus relacionados e de que maneira contribuem com o bem estar social. Pinto (2001, p. 28) confirma isso ao dizer que “o chamado consumidor final exerce cada vez mais sua cidadania no momento da compra”. A mesma autora, em outra parte, ainda afirma, com base em pesquisas, que “os consumidores estão cobrando, exigindo até, uma clara e responsável atuação social por parte das marcas que adotam”.

Em decorrência dessa cobrança por parte da sociedade no que diz respeito à responsabilidade social das empresas, surgiu a idéia da elaboração de um demonstrativo que atendesse à demanda da sociedade por informações que evidenciassem o nível de interação da empresa com o meio onde essa está inserida. Surge, a partir daí, a idéia do Balanço Social.

Diante dessa situação, em que a empresa é identificada como um relevante agente social no processo de desenvolvimento por estar intimamente ligada com vários agentes e setores da sociedade, a Contabilidade é vista como uma ferramenta relevante e imprescindível na elaboração do Balanço Social, uma vez que tem como principal objetivo, segundo Iudícibus e Marion (2000), oferecer informações de forma sistematizada de natureza econômica, financeira e, também, de natureza **social** aos seus mais diversos grupos de usuários, os quais têm aumentado e se diversificado cada vez mais. (grifo nosso)

1.2. Formulação do Problema de Pesquisa

Devido a uma crescente conscientização da sociedade em relação à responsabilidade social das empresas, há um aumento na demanda por informações que demonstrem as ações sociais das empresas. E essas empresas devem se adequar a esse novo cenário, que tende a se consolidar cada vez mais. Nesse contexto, a contabilidade, que é um dos principais sistemas de informações econômicas e financeiras que a empresa tem, possui um considerável potencial para atender a essa demanda por informações de natureza sócio-econômica.

Sobre a idéia anterior, Dias Filho e Machado (2004, p. 40) afirmam que “a contabilidade não é um simples artefato técnico que se limita a rotinas de cálculos, mas um mecanismo que pode alterar a percepção dos indivíduos acerca do mundo organizacional e, assim, contribuir para transformá-lo”.

Para que a contabilidade possa dar uma significativa contribuição a essa nova realidade, se faz necessário que o profissional de contabilidade esteja apto e preparado para encarar esse novo desafio e desempenhar uma importante função. Porque, de acordo com Tinoco (1984), o Balanço Social é um demonstrativo que deve ser elaborado pelos contadores. Kroetz (2000, p. 16) e Perottoni (2002, p. 56) também afirmam que a responsabilidade pela elaboração do Balanço Social é do profissional contábil.

Baseado nesse cenário, em que a responsabilidade pela elaboração do Balanço Social é atribuída aos profissionais de contabilidade, o problema de pesquisa desse trabalho é apresentado através das seguintes questões: **Qual o nível de percepção dos profissionais de contabilidade acerca do Balanço Social? Há dependência entre o nível de percepção e o nível de instrução desses profissionais?**

1.3. Objetivo e Justificativa da Pesquisa

Essa pesquisa tem como objetivo principal investigar o nível de percepção dos profissionais de contabilidade acerca do Balanço Social por meio de uma pesquisa de campo e testar se há dependência entre o nível de percepção e o nível de instrução desses profissionais.

É crescente o número de empresas que elaboram e publicam o seu Balanço Social (CALIXTO, 2005; OLIVEIRA, 2005). Segundo Vampel (2005, p. 18), “a publicação de Balanços Sociais está se tornando cada vez mais comum entre as empresas brasileiras”. E a responsabilidade social das empresas é uma variável que está se tornando cada vez mais constante nos negócios.

Constata-se que o número de empresas com projetos sociais tende a aumentar devido à preocupação da sociedade com o meio ambiente. Portanto, o profissional contábil deve estar capacitado para mensurar, registrar e analisar as demonstrações que evidenciam as ações voltadas à área social e ambiental (ALBERTON, CARVALHO e CRISPIM, 2004).

Ao considerar esse contexto, é interessante e necessário conhecer o nível de percepção dos profissionais de contabilidade em relação a essas novas questões, principalmente no que diz respeito ao Balanço Social, porque esses são um dos principais responsáveis pelo sistema de informações econômicas e financeiras das empresas. Devido a isso, Paiva (2002), citada por Calixto (2005), diz que, no atual cenário, é imprescindível que o profissional de contabilidade assuma o seu papel ao divulgar as ações sociais das empresas. Mas esse deve estar habilitado e preparado para isso. De acordo com Spinelli (2001), o contador precisa estar ciente do que o usuário realmente deseja e das disposições normativas acerca dos procedimentos técnicos a serem adotados na elaboração do Balanço Social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Balanço Social

2.1.1. Histórico

O Balanço Social surgiu para atender a demanda da sociedade por informações que retratem a atuação social da empresa no contexto onde essa está inserida.

Em decorrência da reprovação da sociedade norte-americana em relação à guerra do Vietnã, começou-se a questionar as políticas adotadas pelo país e, também, pelas empresas, principalmente as que estavam envolvidas diretamente com esse conflito (TINOCO, 2001).

Cunha e Ribeiro (2004) confirmam e acrescentam ao relatarem que o surgimento de movimentos sociais na França, Alemanha, Inglaterra e a investida dos Estados Unidos na guerra do Vietnã provocaram o repúdio da população e deram início a um movimento de boicote à aquisição dos produtos e ações das empresas envolvidas com a guerra. A partir desse momento, segundo Kroetz (2000, p. 54), a sociedade passou a exigir informações relativas às relações sociais da entidade, dentro e fora dela. Assim, surgem as primeiras informações sociais publicadas junto com o balanço patrimonial.

O primeiro país a tornar obrigatória a elaboração e publicação do Balanço Social foi a França em 1977 por meio da Lei nº. 77.769; a Holanda foi o pioneiro na publicação dos seus *Social Jarverslag* (relatórios sociais); na Alemanha, Grã-Bretanha, Estados Unidos e na Espanha, o Balanço Social não é obrigatório (TINOCO, 2001). Já em Portugal e na Bélgica, ele é legalmente regulamentado (FREIRE e REBOUÇAS, 2001).

No Brasil, o movimento em torno da responsabilidade social das empresas começou por volta de 1960, tendo como um dos marcos a constituição da Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) em 1961. A partir daí, com a atuação e os congressos realizados por essa associação, o assunto “Balanço Social” ganhou destaque. Em 1980, o Prof. Ernesto Lima Gonçalves publica, como resultado de seus trabalhos nessa área, um livro que trata do Balanço Social na empresa e, em 1984, é desenvolvido pelo pesquisador João Eduardo Prudêncio Tinoco o primeiro trabalho de natureza acadêmica: uma dissertação de mestrado apresentada no Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP.

De acordo com Martins, Bernado e Madeira (2002, p. 114), o tema Balanço Social é discutido no Brasil desde a década de 60, mas recebeu maior projeção nos anos 90, por meio de leis, projetos de leis e discussões no meio político, social e empresarial.

A seguir, serão apresentados e discutidos conteúdos acerca dos conceitos e definições, objetivos, dimensões e vertentes do Balanço Social e uma discussão sobre a divulgação obrigatória ou voluntária desse relatório.

2.1.2. Conceitos e Definições

O Balanço Social é um relatório de natureza econômica, financeira e social que demonstra o resultado do envolvimento da empresa com o ambiente onde essa está inserida. Para Vasconcelos (2001), o Balanço Social consiste numa demonstração que comunica à sociedade como as organizações participam da construção de sua realidade social.

Tinoco (2001, p. 14) o define como “um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários”.

Conforme a visão de Freire e Rebouças (2001, p. 69):

O Balanço Social pode ser considerado como um demonstrativo técnico-gerencial que engloba um conjunto de informações sociais da empresa, permitindo que os agentes econômicos visualizem suas ações em programas sociais para os empregados (salários e benefícios), entidades de classe (associações, sindicatos), governo (impostos) e cidadania (parque, praças, meio ambiente etc.).

Segundo Kroetz (2000, p. 15-6), o Balanço Social “é um instrumento gerencial que supre uma exigência social, no qual são encontrados dados que auxiliam o planejamento, o controle, análise, a avaliação e a conseqüente tomada de decisão”.

Apesar de ter surgido para atender a uma demanda de informações de natureza social, o Balanço Social já começa a ganhar uma dimensão gerencial, que pode ser verificada pelos conceitos mencionados anteriormente. Sobre isso, Vasconcelos (2001, p. 95) diz que esse relatório é “uma conquista social com ampla utilidade gerencial”.

Ainda sobre essa discussão, a mesma autora afirma que o fato de se atribuir ao Balanço Social essa característica gerencial e encontrar nele uma oportunidade de mercado não reduz esse relatório a um simples instrumento de marketing.

2.1.3. Objetivos do Balanço Social

O objetivo do Balanço Social é demonstrar o resultado da interação da empresa com o meio em que essa está inserida (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2003).

Para Santos (2003), o Balanço Social tem como principal objetivo demonstrar o grau de envolvimento da empresa em relação à sociedade que a acolhe e deve ser entendido como

um instrumento no processo de reflexão sobre as atividades das empresas.

Segundo Kroetz (2000), o Balanço Social tem como objetivo divulgar as informações sociais e ambientais destinadas aos mais diversos usuários da Contabilidade, tanto internos quanto externos, que refletem os impactos de algumas das variações patrimoniais das empresas na sociedade e no meio ambiente.

2.1.4. Dimensões do Balanço Social

Tinoco (2001, p. 43) diz que a inclusão das questões econômicas, ambientais e de cidadania às sociais aumentou o escopo do Balanço Social, denominando-o de Balanço Social em sentido amplo, tendo como dimensões: balanço social em sentido restrito (balanço das pessoas); demonstração do valor adicionado; balanço ecológico; e responsabilidade social da empresa. Segundo Vasconcelos (2001), esse relatório, para ser instrumento de comunicação eficaz e atender aos seus usuários, deve ser multidimensional, tendo enfoques do tipo: condições de trabalho e formação profissional, meio ambiente e distribuição da riqueza.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 33) sintetizam as idéias anteriores ao afirmarem que o Balanço Social se subdivide em quatro vertentes: Balanço Ambiental, Recursos Humanos, Demonstração do Valor Adicionado e Benefícios Gerais à Sociedade.

a) Balanço Ambiental

O Balanço Ambiental é a parte do Balanço Social que evidencia de forma qualitativa e quantitativa o resultado da interação da empresa com o meio ambiente. Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 33) complementam que essa vertente “reflete a postura da empresa em relação aos recursos naturais, compreendendo os gastos com preservação, proteção e recuperação destes; os investimentos em equipamentos e tecnologias voltados à área ambiental e os passivos ambientais”.

b) Recursos Humanos

Para Tinoco (2001, p. 44), “descrever o emprego, as relações de trabalho existentes nas entidades, (...) as condições de vida e trabalho, condições de higiene e segurança constitui-se num dos pilares para a elaboração do Balanço Social”.

Pinto e Ribeiro (2004, p. 26) dizem que o homem é o elemento indispensável na empresa. Sem aquele, essa não pode existir. Dessa forma, o homem não pode ser considerado como um elemento a mais na produção. Devem haver, dentro da empresa, planos sociais que valorizem o trabalhador como ser humano. Ao analisar a importância desse contexto, pode-se observar a relevância da vertente “Recursos Humanos” dentro do Balanço Social.

Segundo Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 32), o Balanço de Recursos Humanos objetiva demonstrar o perfil da força de trabalho: idade, sexo, formação escolar, estado civil, tempo de trabalho na empresa etc.; remuneração e benefícios concedidos: salário, auxílios alimentação, educação, saúde, transporte etc.; gastos com treinamento dos funcionários.

c) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

“A Demonstração do Valor Adicionado é um conjunto de informações de natureza econômica. É um relatório contábil que visa demonstrar o valor da riqueza gerada pela

empresa e a distribuição para os elementos que contribuíram para sua geração” (DE LUCA, 1998, p. 28). Para Santos (2003, p. 35), “a DVA, componente importantíssimo do **Balanco Social**, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição da riqueza de uma entidade”. (grifo nosso)

Sobre o objetivo dessa demonstração, Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 33) dizem que é informar o valor da riqueza criada pela empresa e a forma de sua distribuição.

Alguns indicadores podem ser analisados na DVA. Pinto e Ribeiro (2004, p. 26-27) listam os seguintes: valor adicionado da atividade produtiva; valor adicionado total dos negócios; parcela do valor adicionado distribuída aos empregados; ao governo (federal, estadual e municipal); aos acionistas, a terceiros, além de valores retidos na empresa.

d) Benefícios Gerais à Sociedade

Nessa parte, demonstra-se o que a empresa faz em termos de benefícios sociais, como contribuições a entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados, etc. (IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE, 2003).

No que se refere à evidenciação dos benefícios e contribuições à sociedade em geral, Pinto e Ribeiro (2004, p. 27) afirmam que “o Balanço Social pode refletir o comprometimento da empresa com as necessidades básicas da população, mediante investimentos voluntários nas diferentes áreas”.

2.1.5. Regulamentação Versus Divulgação Voluntária do Balanço Social

A publicação do Balanço Social não é obrigatória no Brasil. Mas, de acordo Pinto e Ribeiro (2004, p. 26), existem projetos de lei tramitando em nível federal, estadual e municipal com o objetivo de tornar obrigatória ou de incentivar a publicação desse relatório.

Quanto à obrigação ou não da elaboração e publicação do Balanço Social, existem na literatura especializada idéias tanto a favor da obrigatoriedade quanto da voluntariedade. Ambas apresentam vantagens e desvantagens passíveis de análise.

Na publicação obrigatória, a vantagem seria a padronização e a possível auditoria, o que evitaria a evidenciação apenas de informações “positivas” e possibilitaria a comparação. Sobre a auditoria, Araújo (2003, p. 83) afirma que, para maior veracidade das informações divulgadas no Balanço Social, torna-se indispensável que este seja examinado pela auditoria independente, a exemplo do que ocorre com as demonstrações contábeis tradicionais. Para Souza (2003), a vantagem de uma lei é a legitimidade institucional que essa representa. A desvantagem seria a de não identificar as empresas que publicam por serem socialmente responsáveis das que publicam por mera obrigação legal.

Na forma voluntária, a vantagem é a possibilidade de conhecer as empresas que têm, teoricamente, comprometimento social, que, embora não sejam obrigadas, levam a público o seu relatório. Souza (2003) acredita que essa é a solução ideal e reflete uma disposição extremamente positiva por parte das empresas. A desvantagem é que, nessa maneira, as empresas publicam de acordo com a conveniência, abrindo precedente para a divulgação apenas de aspectos favoráveis. Sobre essa questão, Calixto (2005, p. 30) diz que por não haver obrigatoriedade de publicação, as empresas evidenciam o que lhes convém e, geralmente, abordam com maior riqueza de detalhes os aspectos positivos dos seus investimentos sociais, o que pode ser considerado um desvio quanto aos reais objetivos propostos com tal

divulgação.

3. PESQUISA DE CAMPO

3.1. Metodologia

Essa pesquisa é considerada exploratória quanto aos objetivos, porque existe pouco conhecimento sobre o tema abordado no contexto pesquisado. Segundo Gil (1999, 43), esse tipo de pesquisa é realizado quando a temática escolhida é pouco explorada e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ela.

Quanto aos procedimentos, é uma pesquisa de campo, a qual consiste numa investigação empírica no local onde o fenômeno que se deseja analisar ocorre e utiliza como instrumento de coleta de dados um questionário (Apêndice A), e, também, bibliográfica.

O questionário utilizado contém três questões de classificação e nove proposições com respostas escalonadas no formato Likert. A escala Likert, segundo Rea e Parker (2002, p. 70), é uma escala de classificação de cinco, sete ou nove pontos em que a atitude do entrevistado é medida sobre uma série contínua que vai de altamente favorável até altamente desfavorável, ou vice-versa, com igual número de possibilidades negativas e positivas de resposta e uma categoria média ou neutra.

As questões de classificação (C1, C2 e C3) tratam sobre: nível de formação do Profissional responsável pela Organização Contábil, categoria cadastral da Organização e acesso do Profissional pesquisado ao conteúdo teórico sobre Balanço Social. As proposições (P1, P2, P3... P9) tratam sobre os pontos abordados no referencial teórico da pesquisa e foram elaboradas com base no mesmo. Essas têm como opção uma escala de classificação de cinco pontos: 1- discordo totalmente, 2- discordo parcialmente, 3- não concordo, nem concordo, 4- concordo parcialmente e 5- concordo totalmente. Foram atribuídos a esses pontos valores de um a cinco respectivamente. Todas as proposições possuem direção positiva, ou seja, a atitude mais favorável está relacionada com o maior nível de concordância.

Com o objetivo de verificar a compreensibilidade do questionário, foi feito um pré-teste com 13 profissionais escolhidos por acessibilidade. Não foi necessário fazer muitas modificações no questionário com base nas respostas e nas opiniões dos pesquisados.

3.2. Universo, Amostra e Desenvolvimento da Pesquisa de Campo

O universo da pesquisa é formado pelo total dos Profissionais de Contabilidade que são responsáveis por Organizações Contábeis registradas no Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia (CRC-BA) com a situação Ativa que atuam no domicílio de Feira de Santana-BA. As Organizações Contábeis estão cadastradas sob duas formas (CFC, 1999, art. 2º, I e II): I- pessoa jurídica de natureza civil, constituída sob forma de sociedade; II- escritório individual, sem personificação jurídica.

Segundo a Divisão de Registro e Cadastro (DICAD) do CRC-BA, existem em Feira de Santana os seguintes números de Organizações Contábeis:

Tabela 1 – Universo da pesquisa.

Organizações Contábeis	Universo (N)	(%)
Escritórios Individuais	175	88,83%
Sociedades	22	11,17%
Total	197	100%

Fonte: DICAD/CRC-BA, 24/novembro/2006.

Para a definição do tamanho da amostra, foi considerado um nível de confiança de 95% ($Z = 1,96$) e um erro amostral máximo (d) de 7%. Como não existem estimativas prévias para \hat{p} , foi admitido $\hat{p} = 0,5$, que resulta no maior tamanho da amostra. Consequentemente, $\hat{q}(1 - \hat{p}) = 0,5$. A população (N) é 197 de acordo com a Tabela 1. O cálculo da amostra (n), baseado em Martins (2002, p. 187), é expresso algebricamente a seguir.

$$n = \frac{Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{d^2 \cdot (N - 1) + Z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \Rightarrow \frac{1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot 197}{0,07^2 \cdot (197 - 1) + 1,96^2 \cdot 0,5 \cdot 0,5} \Rightarrow \frac{189,20}{1,92} = 98,50 \cong 99$$

Para selecionar os elementos amostrais, foi utilizada a amostragem não probabilística por acessibilidade, isso porque: a população apresenta uma dispersão geográfica considerável, o cadastro fornecido pelo CRC-BA com os endereços não está totalmente atualizado, como foi verificado na aplicação dos questionários, houve resistência por parte de alguns profissionais alcançados pela pesquisa de campo e, também, devido à limitação de recursos financeiros e de tempo. Nesse tipo de amostragem, segundo Gil (1999, p. 104), são selecionados os elementos a que se tem maior acesso, admitindo que estes possam representar o universo de alguma forma. Esse autor ainda diz que esse tipo de amostragem aplica-se em estudos exploratórios, onde não é requerido elevado nível de precisão.

Na Tabela 2, está apresentada a configuração da amostra, selecionada por meio do acesso, em relação ao universo e por tipo de categoria cadastral. A pesquisa de campo foi realizada entre os dias 11 e 22 de dezembro de 2006.

Tabela 2 – Universo e Amostra da pesquisa.

Organizações Contábeis	Universo (N)	(%)	Amostra (n)	(%)	n/N (%)
Escritórios Individuais	175	88,83%	85	85,86%	48,57%
Sociedades	22	11,17%	14	14,14%	63,64%
Total	197	100%	99	100%	50,25%

Fonte: DICAD/CRC-BA, nov./2006 e Pesquisa de Campo, dez./2006.

3.3. Metodologia de Classificação do Nível de Percepção

Para classificar o nível de percepção dos profissionais pesquisados, foi elaborada a seguinte metodologia, demonstrada na Tabela 3.

Tabela 3 – Metodologia de classificação do Nível de Percepção dos Profissionais.

Nível de Percepção	Intervalo de Pontuação	Amplitude do Intervalo	f	f acumulada
Baixo	09 —— 30	22	59,46%	59,46%
Médio	31 —— 40	10	27,03%	86,49%
Alto	41 —— 45	5	13,51%	100%
Total		37	100%	

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Foram criados três níveis: baixo, médio e alto. A pontuação mínima é 9 e a máxima é 45, porque são 9 proposições contendo cada uma 5 respostas escalonadas com valores de um a cinco respectivamente. O profissional pesquisado que obtiver uma pontuação entre 9 e 30 será classificado no nível baixo, que representa um aproveitamento entre 0 e 59,46%. O profissional que obtiver uma pontuação entre 31 e 40 será classificado no nível médio, que representa um aproveitamento entre 59,47 e 86,49%. Aquele que obtiver uma pontuação entre 41 e 45 será classificado no nível alto, que representa um aproveitamento entre 86,50 e 100%. Os intervalos de pontuação dos níveis são fechados em ambos os lados.

3.4. Hipóteses e Variáveis da Pesquisa

Apesar de seu caráter exploratório, a pesquisa apresenta as seguintes hipóteses:

- H_0 : O Nível de Percepção (y) não depende do Nível de Instrução (x) do Profissional.
- H_1 : O Nível de Percepção (y) depende do Nível de Instrução (x) do Profissional.

Essas hipóteses visam estabelecer relação de dependência entre as duas variáveis da pesquisa: nível de instrução (independente – x) e nível de percepção (dependente – y). Tais hipóteses foram formuladas com base na observação dos fatos.

A variável nível de percepção é definida como nível de entendimento do pesquisado acerca das proposições emitidas e compreende as seguintes categorias: baixo, médio e alto, conforme a Tabela 3. A variável nível de instrução é definida como último estágio educacional obtido através de ensino formal, informado no questionário (C1), e compreende as seguintes categorias: técnico, graduação, especialização, mestrado e doutorado.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. Perfil da Amostra

A Tabela 4 apresenta o nível de instrução da amostra analisada por categoria cadastral e de maneira geral.

Tabela 4 – Nível de Instrução da amostra por Categoria Cadastral e no geral.

Nível de Instrução	Categoria Cadastral				Total	(%)
	Individual		Sociedade			
	<i>F</i>	<i>f</i>	<i>F</i>	<i>f</i>		
Técnico	38	44,71%	4	28,57%	42	42,42%
Graduação	31	36,47%	6	42,86%	37	37,37%
Especialização	14	16,47%	4	28,57%	18	18,18%
Mestrado	2	2,35%	0	0,00%	2	2,02%
Doutorado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Total	85	100%	14	100%	99	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, dez./2006.

A maioria dos profissionais pesquisados (42,42%) tem como maior nível de instrução o Técnico. Esse percentual aumenta quando se trata especificamente da categoria cadastral Individual. Pode-se observar que, no geral, quanto maior o nível de instrução, as frequências são menores. Na categoria Sociedade, a maior parte dos profissionais são graduados, seguidos pelos técnicos e especialistas, que têm mesma frequência. Houve apenas duas ocorrências para o nível Mestrado, sendo que estas fazem parte da categoria Individual. Não houve frequência para o nível Doutorado. Esse nível não será explorado nas Tabelas seguintes devido a essa situação.

A Tabela 5 demonstra os resultados da pergunta sobre o acesso ao conteúdo teórico acerca do Balanço Social por nível de instrução e de maneira geral.

Tabela 5 – Respostas sobre o acesso ao conteúdo teórico acerca do Balanço Social.

Acesso ao Conteúdo	Nível de Instrução								Total	(%)
	Técnico		Graduação		Especialização		Mestrado			
	<i>F</i>	<i>f</i>	<i>F</i>	<i>f</i>	<i>F</i>	<i>f</i>	<i>F</i>	<i>f</i>		
Sim	28	66,67%	32	86,49%	18	100%	2	100%	80	80,81%
Não	14	33,33%	5	13,51%	0	0%	0	0%	19	19,19%
Total	42	100%	37	100%	18	100%	2	100%	99	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, dez./2006.

No geral, 80,81% dos pesquisados responderam já terem tido acesso ao conteúdo acerca do Balanço Social. Entre os mestres e especialistas, esse percentual é de 100%. Dos graduados, apenas 13,51% informaram não terem tido acesso. Esse percentual é maior entre os técnicos: 33,33%. Dentre esses, somente 66,67% responderam que já tiveram acesso ao conteúdo.

4.2. Análise Horizontal: Proposições

A Tabela 6 apresenta as medidas de tendência central e de dispersão das proposições. Como todas as proposições possuem direção positiva e foram atribuídos os valores um e cinco para discordo totalmente e concordo totalmente respectivamente, então, quanto mais próximo de cinco forem as medidas de tendência central (média, mediana e moda), mais favorável será o resultado. As medidas de dispersão demonstram o poder de representação da média.

Tabela 6 – Medidas de tendência central e de dispersão das proposições.

Estatística Descritiva	Proposições								
	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Média	3,30	4,11	4,12	3,98	3,41	3,64	2,87	3,33	3,83
Variância	1,58	1,32	1,29	1,14	1,63	1,99	2,30	2,00	1,92
Desvio Padrão	1,26	1,15	1,14	1,07	1,28	1,41	1,52	1,41	1,39
Mediana	3,00	5,00	5,00	4,00	4,00	4,00	3,00	4,00	4,00
Moda	3,00	5,00	5,00	4,00	3,00	5,00	1,00	4,00	5,00

Fonte: Pesquisa de Campo, dez./2006.

A análise dos dados da Tabela 6 é realizada sinteticamente no Quadro 1.

Quadro 1 – Análise da Tabela 6.

Proposição	Análise da Proposição
P1	A proposição apresentou média de 3,30, que deixa o resultado geral próximo à resposta n°. 3 (não concordo, nem discordo), com desvio padrão de 1,26. A resposta n°. 3 teve a maior frequência.
P2	A proposição apresentou média de 4,11, que deixa o resultado geral próximo à resposta n°. 4 (concordo parcialmente), com desvio padrão de 1,15. A resposta n°. 5 teve a maior frequência.
P3	A proposição apresentou média de 4,12, que deixa o resultado geral próximo à resposta n°. 4 (concordo parcialmente), com desvio padrão de 1,14. A resposta n°. 5 teve a maior frequência.
P4	A proposição apresentou média de 3,98, que aproxima o resultado geral à resposta n°. 4 (concordo parcialmente), com desvio padrão de 1,07. A resposta n°. 4 teve a maior frequência.
P5	A proposição apresentou média de 3,41, que deixa o resultado geral próximo à resposta n°. 3 (não concordo, nem discordo), com desvio padrão de 1,28. A resposta n°. 3 teve a maior frequência.
P6	A proposição apresentou média de 3,64, que aproxima o resultado geral à resposta n°. 4 (concordo parcialmente), com desvio padrão de 1,41. A resposta n°. 5 teve a maior frequência.
P7	A proposição apresentou média de 2,87, que aproxima o resultado geral à resposta n°. 3 (não concordo, nem discordo), com desvio padrão de 1,52. A resposta n°. 1 teve a maior frequência.
P8	A proposição apresentou média de 3,33, que deixa o resultado geral próximo à resposta n°. 3 (não concordo, nem discordo), com desvio padrão de 1,41. A resposta n°. 4 teve a maior frequência.
P9	A proposição apresentou média de 3,83, que aproxima o resultado geral à resposta n°. 4 (concordo parcialmente), com desvio padrão de 1,39. A resposta n°. 5 teve a maior frequência.

Fonte: Pesquisa de Campo, dez./2006.

4.3. Análise Vertical: Percepção

A Tabela 7 revela o resultado da classificação dos profissionais entre os níveis de

percepção de acordo com a metodologia estabelecida no sub-tópico 3.3 (Tabela 3).

Tabela 7 – Nível de Percepção dos profissionais pesquisados.

Nível de Percepção	Intervalo de Pontuação	F	f	f acumulada
Baixo	09 —— 30	38	38,38%	38,38%
Médio	31 —— 40	51	51,52%	89,90%
Alto	41 —— 45	10	10,10%	100%
Total		99	100%	

Fonte: Pesquisa de Campo, dez./2006.

A maior parte dos pesquisados (51,52%) está no nível Médio. Em seguida, o nível que possui a maior frequência é o Baixo com 38,38% dos profissionais. De forma acumulada, 89,90% dos pesquisados estão nos níveis Baixo e Médio. E apenas 10,10% foram classificados no nível Alto.

A Tabela 8 evidencia as medidas de tendência central e de dispersão da pontuação obtida pelos profissionais no questionário por nível de instrução.

Tabela 8 – Medidas de tendência central e de dispersão da pontuação total.

Estatística Descritiva	Nível de Instrução				Geral
	Técnico	Graduação	Especialização	Mestrado	
Média	30,83	32,51	36,61	35,00	32,60
Variância	47,36	35,42	21,55	2,00	41,00
Desvio Padrão	6,88	5,95	4,64	1,41	6,40
Mediana	30,50	32,00	38,00	35,00	32,00
Moda	27,00	32,00	40,00	#N/D	27,00

Fonte: Pesquisa de Campo, dez./2006.

A média geral da pontuação obtida pelos pesquisados foi de 32,60, com um desvio padrão de 6,40. A média dos níveis Técnico e Graduação está abaixo da média geral. Considerando apenas os três primeiros níveis de instrução, quanto maior são esses, maior é a média. Isso pode ser um indício de relação entre a pontuação total e o nível de instrução. Nessa análise, deve ser considerado que o nível Mestrado apresentou apenas duas frequências. Observa-se que, ao passo que a instrução aumenta, as medidas de dispersão diminuem, o que demonstra maior representatividade da média dos níveis mais altos de instrução.

Pode-se observar que nos níveis Graduação e Mestrado há proximidade entre a média, a mediana e a moda, o que indica que a pontuação desses níveis tem distribuição normal. Para o Técnico e no geral, a média é maior do que a mediana e essa maior do que a moda, o que revela que a pontuação desse nível e no geral tem distribuição assimétrica positiva, porque há poucos valores altos puxando a média para um valor maior. Já para o nível Especialização, a moda é maior do que a mediana e essa maior do que a média, o que mostra que a pontuação desse nível tem distribuição assimétrica negativa, porque há valores baixos puxando a média e a mediana para valores menores.

A Tabela 9 é uma tabela contingencial com tabulação cruzada e tem por finalidade possibilitar a análise da relação entre as variáveis nível de percepção e nível de instrução.

Tabela 9 – Tabela contingencial: Nível de Percepção Vs. Nível de Instrução.

Nível de Percepção	Nível de Instrução								Total	(%)
	Técnico		Graduação		Especialização		Mestrado			
	F	f	F	f	F	f	F	f		
Baixo	21	50,00%	15	40,54%	2	11,11%	0	0%	38	38,38%
Médio	16	38,10%	19	51,35%	14	77,78%	2	100%	51	51,52%
Alto	5	11,90%	3	8,11%	2	11,11%	0	0%	10	10,10%
Total	42	100%	37	100%	18	100%	2	100%	99	100%

Fonte: Pesquisa de Campo, dez./2006.

No geral, os resultados dessa tabela são os mesmos da Tabela 7. De forma específica, tem-se que o nível de instrução Técnico apresenta dois extremos: possui a maior frequência relativa para os níveis de percepção Baixo e Alto, com 50% e 11,90% respectivamente. Para o nível Graduação, a maioria dos pesquisados está no nível Médio (51,35%), seguido do nível Baixo com 40,54% e, por último, nível Alto com 8,11%. Para o nível Especialização, a maior parte está no nível Médio (77,78%) e o restante está distribuído igualmente (11,11%) entre os níveis Baixo e Alto. Todos os profissionais com Mestrado estão no nível Médio (100%).

Pode-se notar na Tabela 9 que há um indicativo de relação entre as variáveis nível de percepção e nível de instrução. Isso porque, no nível Baixo, à medida que o nível de instrução aumenta, as frequências relativas diminuem. No Médio, à medida que a instrução aumenta, as frequências relativas também aumentam. Essa tendência não é observada no nível Alto, porque o nível Técnico apresenta a maior frequência relativa e o Mestrado a menor, mas, para os níveis de instrução intermediários (Graduação e Especialização), a mesma tendência continua.

4.4. Teste de Hipóteses e Medida de Correlação

Para testar a validade das hipóteses, foi utilizado, baseado em Martins (2002, p. 260), o teste não-paramétrico Qui-Quadrado (χ^2) para independência ou associação entre duas variáveis. Caso a variável χ^2_{cal} (calculada) for maior que ($>$) a variável χ^2_{tab} (crítica – tabela da distribuição Qui-Quadrado), rejeita-se H_0 e conclui-se que as variáveis são dependentes. Caso a variável χ^2_{cal} for menor que ou igual a (\leq) a variável χ^2_{tab} , não rejeita-se H_0 e conclui-se que as variáveis não são dependentes.

O cálculo de χ^2_{cal} foi feito com base nos dados da Tabela 9. Essa tabela sofreu uma alteração para fins do teste qui-quadrado, que foi a junção da coluna do nível de instrução **mestrado** com a do nível **especialização**, isso porque as frequências esperadas (f_e) daquela coluna apresentaram valores baixos. Nesse caso, segundo Martins (2002, p. 265), a solução é juntar as classes adjacentes. Dessa forma, tabela ficou com três linhas e três colunas (3 x 3).

A variável χ^2_{tab} foi determinada com $\varphi = (L-1)(C-1)$ graus de liberdade (gl), sendo L o n. de linhas da tabela e C o n. de colunas, que resulta em: $\varphi = 4 gl$ e com significância (α) de 5%.

Quadro 2 – Teste de Hipóteses.

Situação de Análise	χ^2_{cal}	χ^2_{tab}	$1 - \alpha$	φ	Resultado	Decisão
Percepção (y) Vs. Instrução (x)	10,619	9,488	95%	4 gl	$\chi^2_{\text{cal}} > 9,488$	Rejeitar H_0

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Como a variável χ^2_{cal} (calculada) é maior que χ^2_{tab} (crítica), rejeita-se H_0 , concluindo que há dependência entre o nível de percepção (y) e o nível de instrução (x) com significância (α) de 5% e confiança ($1 - \alpha$) de 95%, conforme demonstrado no Quadro 2.

Para medir a correlação entre as variáveis estudadas, foi utilizado o Coeficiente V de Cramer, que, segundo Martins (2002, p. 295), é um indicador do grau da dependência entre duas variáveis que foram submetidas ao teste Qui-Quadrado e que varia entre 0 e 1.

O cálculo desse Coeficiente utiliza o valor da variável χ^2_{cal} , o número de observações (n) e o mínimo entre o número de linhas e o número de colunas da tabela que serviu de base para o teste Qui-Quadrado (m). A expressão algébrica é demonstrada a seguir.

$$V = \sqrt{\frac{\chi_{cal}^2}{n(m-1)}} \Rightarrow \sqrt{\frac{10,619}{99(3-1)}} \Rightarrow \sqrt{\frac{10,619}{198}} \Rightarrow \sqrt{0,054} = 0,2316$$

O resultado do Coeficiente V de Cramer indica que o grau de dependência entre as variáveis nível de percepção e nível de instrução é de 0,2316, que pode ser considerado baixo.

5. CONCLUSÃO

Essa pesquisa teve como objetivo principal investigar o nível de percepção dos profissionais de contabilidade acerca do Balanço Social e verificar se existe dependência entre o nível de percepção e o nível de instrução desses profissionais. Foi realizada uma pesquisa de campo no município de Feira de Santana-Bahia com aplicação de questionários contendo proposições sobre o assunto Balanço Social com respostas escalonadas no formato Likert.

Foi observado na literatura (TINOCO, 1984; KROETZ, 2000; PEROTTONI, 2002; ALBERTON, CARVALHO e CRISPIM, 2004; CALIXTO, 2005) que a competência da elaboração do Balanço Social é atribuída ao profissional de contabilidade e que é crescente o número de empresas com projetos sociais e que elaboram e publicam esse relatório. Portanto, o profissional de contabilidade deve estar preparado para cumprir seu papel nesse contexto. Esse cenário apresentado serviu de base para justificar a realização dessa pesquisa.

Conclui-se, baseado na metodologia de classificação adotada, que 38,38% dos profissionais pesquisados estão no nível baixo, 51,52% estão no nível médio e apenas 10,10% estão no alto. A hipótese nula (H_0), que afirmava não haver dependência entre as variáveis nível de percepção (y) e nível de instrução (x), foi rejeitada com 95% de confiança baseada no resultado do Teste Qui-Quadrado. O grau de dependência entre as variáveis é de 23,16%, com base no resultado do Coeficiente V de Cramer, o qual pode ser considerado baixo.

6. REFERÊNCIAS

- ALBERTON, Luiz; CARVALHO, Fernando N. de; CRISPIM, Graciele H. Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4º. 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.
- ARAÚJO, Francisco J. Auditando o balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC. n. 140, Março/Abril 2003.
- CALIXTO, Laura. Vinte anos de discussão sobre o balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC. n. 155, Setembro/Outubro 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº. 868/99**. Dispõe sobre o Registro Cadastral das Organizações Contábeis nos Conselhos Regionais de Contabilidade.
- CUNHA, Jacqueline V. A. da; RIBEIRO, Maisa de S. Evolução e diagnóstico atual do balanço social. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 4º. 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2004.
- DE LUCA, Márcia Martins M. **Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. São Paulo: Atlas, 1998.
- DIAS FILHO, José Maria; MACHADO, Luiz H. Baptista. Abordagens da pesquisa em contabilidade. In: IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Alexsandro B. (Orgs.). **Teoria avançada da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

FREIRE, Fátima de S.; REBOUÇAS, Tereza Raquel da S. Uma descrição sucinta do balanço social francês, português, belga e brasileiro. In: SILVA, César Augusto T.; FREIRE, Fátima de Souza (Orgs.). **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KROETZ, César Eduardo Stevens. **Balanço social: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Gilberto de A. **Estatística geral e aplicada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, C. M. F.; BERNADO, D. C. dos R.; MADEIRA, G. J. Origem e evolução do balanço social no Brasil. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte: UFMG. v. 13, n. 1, Abril 2002.

OLIVEIRA, José Antônio P. de. Uma avaliação dos balanços sociais das 500 maiores. **RAE Eletrônica**. São Paulo: EAESP/FGV. v. 4, n. 1, Janeiro/Julho 2005. Disponível em: <http://www.rae.com.br/eletronica/>. Acesso em: 19/09/2006.

PEROTTONI, Marco A. Balanço social: responsabilidade, padronização e obrigatoriedade. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC. n. 134, Março/Abril 2002.

PINTO, Anacleto Laurindo; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço social: avaliação das informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina. **Revista de Contabilidade & Finanças**. São Paulo: USP. n. 36, Setembro/Dezembro 2004.

PINTO, Christina Carvalho. Valor ou modismo? O marketing social deve ser reflexo da personalidade da empresa. In: **Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa 2001**. São Paulo: Abril, 2001.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa: do planejamento à execução**. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado: como elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, Herbert de. Balanço social: voluntário ou obrigatório? **Biblioteca Virtual**. 2003. Disponível em: <http://www.balancosocial.org.br/>. Acesso em: 13/09/2006.

SPINELLI, Enory Luiz. Balanço social e responsabilidade técnica. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC. n. 127, Janeiro/Fevereiro 2001.

TINOCO, João E. P. **Balanço social: uma abordagem sócio-econômica da contabilidade**. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade). FEA/USP, São Paulo, 1984.

_____. **Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

VAMPEL, Daniella. Balanço social não é vitrine. In: **Guia Exame de Boa Cidadania Corporativa 2005**. São Paulo: Abril, 2005.

VASCONCELOS, Yumara L. Melhorando a qualidade da informação no balanço social. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Brasília: CFC. n. 132, Novembro/Dezembro 2001.

C1. Qual seu (maior) nível de instrução?

1. Técnico em Contabilidade (Nível Técnico);
2. Graduação em Ciências Contábeis (Nível Superior);
3. Especialização em Ciências Contábeis (ou em outra área. Especifique: _____);
4. Mestrado em Ciências Contábeis (ou em outra área. Especifique: _____);
5. Doutorado em Ciências Contábeis (ou em outra área. Especifique: _____).

C2. Qual a categoria cadastral da Organização Contábil onde você atua como Profissional?

1. Escritório Individual;
2. Escritório Sociedade.

C3. Você já teve acesso ao conteúdo teórico acerca do Balanço Social por meio de eventos de natureza profissional e/ou científica, livros, artigos científicos e/ou jornalísticos, internet ou outros meios?

1. Sim;
2. Não.

PROPOSIÇÕES**P1. O BALANÇO SOCIAL surgiu em decorrência de movimentos sociais ocorridos na Europa e nos Estados Unidos a partir de 1960.**

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P2. O BALANÇO SOCIAL é um instrumento gerencial que atende a uma exigência social e também auxilia o planejamento, controle, análise, avaliação e a conseqüente tomada de decisão nas organizações.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P3. O BALANÇO SOCIAL é um relatório de natureza contábil e social que evidencia o resultado da interação das empresas com o ambiente social onde elas estão inseridas.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P4. O BALANÇO SOCIAL tem como objetivo divulgar informações contábeis, sociais e ambientais aos mais diversos usuários da Contabilidade acerca dos resultados da atuação das empresas na sociedade e no meio ambiente.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P5. O BALANÇO SOCIAL é obrigatório em alguns países. No Brasil, ele não é obrigatório, mas existem projetos de lei tramitando em nível federal, estadual e municipal com o objetivo de tornar obrigatória a elaboração e publicação desse relatório.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P6. No BALANÇO SOCIAL, pode ser encontrado o valor da riqueza gerada pela empresa e a sua respectiva distribuição aos fatores de produção que contribuíram para sua formação.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P7. No BALANÇO SOCIAL, são apresentadas informações sobre Recursos Humanos, tais como: idade, sexo, cor, nível de instrução, estado civil, tempo de trabalho na empresa, remuneração, condições de vida e trabalho e de higiene e segurança, etc.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P8. A Demonstração do Valor Adicionado e o Balanço Ambiental são partes que integram o BALANÇO SOCIAL.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

P9. O BALANÇO SOCIAL demonstra, entre outras coisas, o envolvimento da empresa com as necessidades básicas da população, através investimentos voluntários em diferentes áreas, contribuições à entidades assistenciais e filantrópicas, preservação de bens culturais, educação de necessitados, etc.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Concordo parcialmente	Concordo totalmente